

boletim da célula



Editorial

De 15 a 17 de Dezembro teve lugar em Maputo a Oitava Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO. Sob a direcção do Presidente do Partido, Marechal Samora Moisés Machel, o Comité Central debateu questões de importância decisiva para a economia do País e para o desenvolvimento do nosso processo revolucionário.

O tema central desta Sessão do CC do Partido foi a análise dos projectos do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral para 1981. O Comité Central debucou-se ainda sobre as actividades externas do Partido e a situação do movimento revolucionário mundial.

No final dos trabalhos foi anunciada a convocação do IV Congresso do Partido. O Presidente Samora Machel sublinhou a importância de, desde já, se iniciarem os preparativos para a organização do IV Congresso que se realizará no primeiro semestre de 1982.

A Oitava Sessão do Comité Central constituiu um marco histórico na vida do nosso Partido. Pela primeira vez, o nosso Partido estudou e definiu, com antecedência, as condições políticas que devem ser criadas para assegurar o cumprimento das metas do Plano. O estudo profundo que foi realizado permitirá que o Partido controle e dirija o processo de crescimento da nossa economia.

Não é possível construir o bem-estar do povo sem que a



planificação económica seja uma realidade vivida por todos nós. O Plano Económico e Social é um instrumento fundamental para vencermos cada uma das batalhas que compõem a guerra contra o subdesenvolvimento. Não consolidaremos as nossas conquistas nem alcançaremos novas vitórias se não formos capazes de materializar, com êxito, as metas de produção estabelecidas no Plano. Todos os cidadãos moçambicanos devem tornar-se combatentes na frente da produção e na implementação do Plano. Todos os trabalhadores devem envolver-se profundamente na discussão das questões ligadas à aplicação do Plano Estatal Central nos diferentes sectores da sociedade. Este engajamento de toda a sociedade exige das estruturas do Partido, a todos os níveis, um trabalho político intenso e profundo.

É necessário implantar o Partido em todos os locais de pro-

dução e de residência e acelerar o processo de estruturação das Células nas empresas e unidades de produção onde elas ainda não existam. É imprescindível que os membros do Partido adquiram sensibilidade aguda para os problemas da produção e da economia e que as Células do Partido centrem o seu trabalho político na criação de condições para o aumento da produção e da produtividade. O êxito do Plano depende, em última análise, do grau de implantação do Partido e da sua capacidade real em dirigir o conjunto da sociedade. Como disse o Camarada Presidente no encerramento da Oitava Sessão: «Só com a presença dinâmica do Partido, dos seus militantes em todos os sectores da vida económica e social, garantimos a força necessária ao cumprimento do Plano. Só plantando a árvore do Partido é que colheremos o fruto da energia do nosso Povo».

8.ª SESSÃO DO COMITÉ CENTRAL

UM MARCO HISTÓRICO NA BATALHA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO



A 8.ª Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO realizada de 15 a 17 de Dezembro de 1980, sob a direcção do Camarada Presidente Samora Moisés Machel, teve como ponto central da sua agenda de trabalhos a análise e aprovação dos projectos do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral para 1981.

Constituíram outros pontos da agenda os seguintes:

- Análise das actividades externas do Partido e da situação política internacional;
- Discussão do princípio da

atribuição de condecorações consagrando actos de coragem na defesa da Pátria e da Revolução;

- A convocação do IV Congresso do Partido.

Ao analisar o cumprimento do

Plano de 1980, o Comité Central constatou que, apesar do aumento generalizado dos índices de produção em relação a 1979, as metas estabelecidas não foram totalmente cumpridas. As causas detectadas pelo CC e que prejudicaram o cumprimento integral do Plano de 1980 foram várias.

»

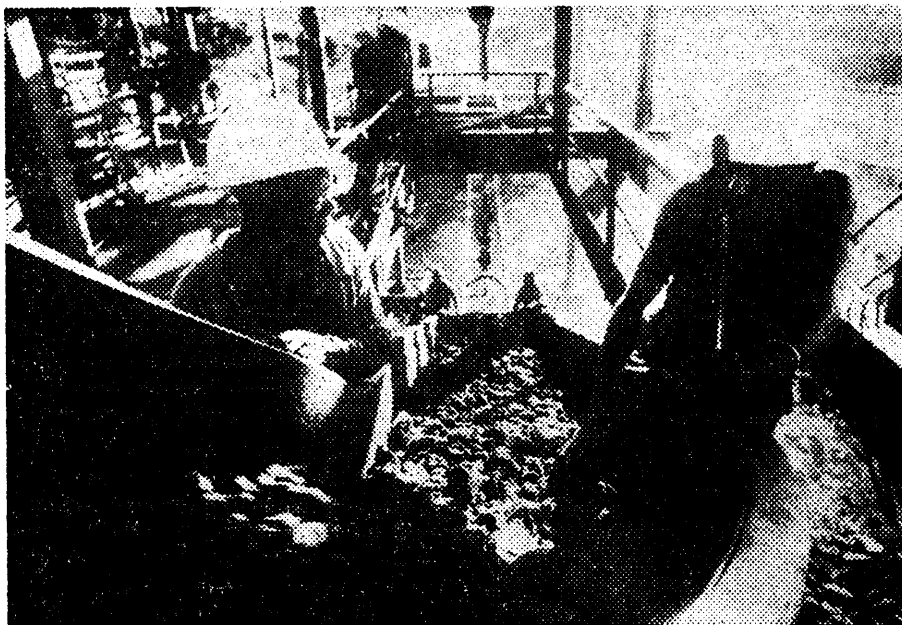
«

Foram, por exemplo, as calamidades naturais, particularmente a seca, que atingiu extensas zonas do nosso País. Foi o aumento constante do preço de matérias-primas (como o petróleo) e equipamentos que ainda temos

na planificação e direcção da economia.

As metas traçadas pelo PEC/81, o primeiro da Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento, dizem respeito a vários sectores de actividade, nomeada-

res, quer na sua elaboração, quer na sua implementação. O Plano é feito pelos homens e realizado pelos homens. Por isso a sua participação consciente é o factor decisivo para o seu cumprimento.



O Plano é feito pelos homens e realizado pelos homens. Por isso a participação consciente é o factor decisivo para o seu cumprimento

que importar. Estas são causas que não dependem de nós, que não podemos evitar.

O Comité Central constatou, porém, que um dos importantes factores de entre os que concorreram para o não cumprimento do Plano-80, foi o facto de o Partido não ter estado a dirigir efectivamente a aplicação do Plano.

Com vista a corrigir as situações verificadas em 1980 e nos anos anteriores, o Comité Central aprovou um importante documento intitulado «Tarefas do Partido para o cumprimento do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral para 1981». Este documento será publicado na «Voz da Revolução» e o seu estudo é de carácter obrigatório para os membros do Partido. Por outro lado, o Camarada Presidente Samora Moisés Machel, ao intervir na sessão de encerramento dos trabalhos da 8.ª Sessão do CC. realçou com ênfase a necessidade de o Partido, a todos os escalões, assumir efectivamente o papel que lhe cabe

mente fábricas, minas, machambas e outros, e particularmente àqueles sectores onde se produzem os artigos estratégicos, quer para exportação, quer para o abastecimento do nosso Povo.

A análise dedicada a este tema permitiu ao Comité Central delinear com clareza as principais acções a serem desencadeadas, com vista a garantir o sucesso do PEC/81.

Para além do Documento contendo orientações e tarefas para as estruturas do Partido aos diversos escalões, destaca-se pela sua importância o discurso proferido pelo Camarada Presidente Samora Moisés Machel, por ocasião do encerramento dos trabalhos da 8.ª Sessão do CC.

O Plano Económico e Social — como disse na altura o Camarada Presidente — **é um instrumento imprescindível da edificação da sociedade socialista. Por isso deve conter em si as orientações do Partido, a participação de todos os trabalhado-**

A necessidade de se estruturar o Partido em todas as unidades económicas e sociais foi também salientada pois só o Partido garante que os trabalhadores sejam plenamente o sujeito da transformação socialista do nosso País.

O Comité Central definiu igualmente que às Células do Partido cabe um papel decisivo na realização dos objectivos consagrados no PEC/81. Por conseguinte, as células devem conhecer as metas da sua unidade económica ou social, conhecer a situação concreta do seu local de trabalho em cada momento. É também tarefa das células a mobilização permanente dos trabalhadores para a realização do Plano.

O Comité Central analisou as actividades internacionais do Partido e a situação do movimento revolucionário mundial. Foram apreciados os resultados das visitas presidenciais efectuadas desde a sétima sessão, a saber:

- Visita à URSS
- Visita à RDA, Bulgária e Roménia
- Visita ao Zimbabwe
- Visita à Argélia.

O Comité Central sublinhou a importância destas visitas no que respeita ao aprofundamento do conhecimento mútuo e ao estreitamento de relações de cooperação económica. A este propósito, o CC reafirmou com vigor o aspecto principal da nossa política externa que é o estreitamento, a todos os níveis, das relações de amizade e cooperação com os outros Estados Socialistas. Este estreitamento de relações deve ter lugar também ao nível das Organizações Democráticas de Massas, sobretudo através de acções concretas que aproximem os trabalhadores, os jovens e mulheres moçambica-

»

«

nas dos seus irmãos de classe dos outros países socialistas.

De igual modo foi apreciada a intervenção feita pelo nosso Partido nas conferências internacionais em que participou, nomeadamente na Conferência Teórica Científica de Berlim e na

produção e pela defesa das conquistas da Revolução. O Comité Central mandou a Assembleia Popular para que implemente o princípio aprovado.

Finalmente, o Comité Central convocou o IV Congresso do Partido que se realizará no primeiro

semestre de 1982. Todos os Congressos foram momentos históricos da nossa vida, da nossa luta contra a exploração e a dominação. No Primeiro Congresso, realizado em Dar-es-Salaam em 1962, foi criada a Frente de Libertação de Moçambique e elaborado o primeiro programa de luta unitária e organizada contra o colonialismo português. No Segundo Congresso, realizado em 1968 nas zonas libertadas do Niassa, em Matchedje, foi derrotada a linha reaccionária de Uria Simango e Lázaro Kavandame. No Terceiro Congresso, realizado em Maputo, capital da República Popular de Moçambique, Fevereiro de 1977, foi criado o Partido FRELIMO, Partido Marxista-Leninista. O III Congresso estabeleceu as linhas mestras do desenvolvimento da nossa sociedade para a consolidação da Independência e para a eliminação dos vestígios da dominação colonial.

A preparação do IV Congresso exigirá a contribuição activa de todos os militantes. Para o levantamento das tarefas preparatórias do Congresso foi criada uma comissão constituída por 20 membros do Comité Central.



O Camarada Presidente Samora Moisés Machel foi calorosamente recebido pelo Povo da RDA durante a visita que efectuou àquele país irmão

Conferência Internacional sobre Cultura em Sófia.

O CC analisou ainda os resultados da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC-2) que teve lugar em Maputo. O reforço da cooperação regional representa um factor fundamental para o desenvolvimento económico dos países do Sul do nosso continente. Exige paralelamente o aumento da eficiência e rapidez dos nossos serviços, em particular dos serviços ferro-portuários, o que implica a necessidade de aprofundar a Ofensiva Política e Organizacional em todos os sectores e serviços.

O Comité Central aprovou o princípio da atribuição de condecorações, consagrando actos de bravura e coragem na defesa da Pátria e da Revolução. As condecorações devem simbolizar o apreço do Povo para com os feitos de heroísmo na luta político-militar contra o colonialismo, na luta clandestina, na luta pela



Como na preparação e realização do III Congresso, o IV exigirá a contribuição activa de todos os militantes

RESOLUÇÕES DO SEMINÁRIO NACIONAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍTICA ECONÓMICA

Camarada Marcelino dos Santos, membro do Comité Político Permanente do Partido FRELIMO e Secretário do C. C. para a Política Económica, dirigindo-se aos participantes no Seminário



De 27 a 28 de Dezembro de 1980 teve lugar em Maputo o Seminário Nacional do Departamento da Política Económica do Partido. O encontro tinha como objectivo o estudo das formas de implementação da resolução da 8.ª Sessão do Comité Central para a execução do Plano Estatal Central de 1981. Orientou os trabalhos do seminário, o Camarada Marcelino dos Santos, membro do Comité Político Permanente e Secretário do Comité Central para a Política Económica do Partido.

No final dos trabalhos, o seminário aprovou uma resolução, na qual estabelece um programa das principais acções a serem realizadas pelas estruturas do Partido aos diversos níveis.

A luz das orientações emanadas da 8.ª Sessão do Comité Central, o documento final aprovado pelo seminário salienta que «o cumprimento e a superação das metas previstas pelo PEC/81 só será possível quando o Partido assumir efectivamente a direcção e controlo do Plano, pois o Partido é a força dirigente do Estado e da Sociedade. É o motor real que abarca toda a realidade do País, promove acções de grande envergadura e profundidade, mobiliza e dinamiza as amplas massas trabalhadoras para a sua realização.

Essas acções são executadas através das próprias estruturas do Partido, a todos os níveis: da Nação, da Província, de Distrito, da

Localidade e Círculo, e ao nível da empresa. O Partido apoia-se também nos seus braços, as Organizações Democráticas de Massas, principalmente nos Conselhos de Produção, na OJM, na OJM e nos Grupos de Vigilância.

O Partido serve-se também das estruturas estatais que são por si dirigidas aos vários níveis. Só o Partido FRELIMO — que é composto pelos melhores filhos do Povo, os melhores operários, os melhores camponeses cooperativistas, os melhores trabalhadores, os mais exemplares — é que está em condições de dirigir o processo da Construção do Socialismo na nossa Pátria Libertada».

Durante os dois dias que duraram os trabalhos do seminário, a análise efectuada no decurso dos grupos de trabalho permitiu definir as seguintes orientações para o cumprimento da Resolução da 8.ª Sessão do CC do Partido:

1. Estruturação do Partido nas empresas que realizam o Plano dos produtos estratégicos de exportação e do abastecimento do povo.

Responsáveis: Secretariados dos Comités Provinciais.

Prazo: 1.º trimestre de 1981.

2. Divulgação dos objectivos e metas do Plano em cada local de trabalho, detalhando-se as tarefas e metas de cada sector, de cada trabalhador. O estudo do plano pelos trabalhadores funciona também como actividade de formação.

Responsáveis: O Director e o Secretário do Partido na empresa.

Prazo: Janeiro de 1981.

3. Assegurar o funcionamento regular do Conselho de Direcção e dos colectivos na empresa ao nível global, de sector, de brigada e outros níveis.

Responsáveis: O Director e o Secretário do Partido na empresa.

4. Reunião periódica da Direcção com o Secretariado do

»

«

Partido na empresa para análise de:

- cumprimento do Plano e formas de superar as dificuldades;
- emulação socialista;
- outras questões.

5. Organizar o trabalho na empresa para o engajamento dos trabalhadores na materialização do Plano e nas campanhas de emulação, realizando nomeadamente as seguintes tarefas:

- a) Afixar as metas e objectivos anuais, mensais, semanais e diários da empresa e das secções
- b) Manter gráficos constantemente actualizados, contendo:
 - * a produção realizada
 - * a produtividade atingida por trabalhador
 - * os consumos de matérias-primas por unidade de produção
 - * outros indicadores.
- c) Manter o quadro de honra de emulação com:
 - * vitórias do trabalho (invenções, poupanças de material, etc.)
 - * melhor colectivo
 - * melhor trabalhador
- d) Embelezar e manter sempre limpos os locais de trabalho.
- e) Fazer reuniões periódicas fora das horas de serviço com os trabalhadores nas secções para:
 - * analisar o cumprimento do Plano
 - * analisar o processo de emulação.
- f) No quadro das orientações sobre os prémios de emulação analisar com os tra-

balhadores os prémios desejados para a emulação, mobilizando-os para cumprir e ultrapassar as metas do Plano da empresa

- g) Cada secção deve ter o seu programa de trabalho diário para o cumprimento do plano respectivo afixado no mapa da secção. O programa é produto da discussão com os trabalhadores da secção. No final de cada dia o responsável do Conselho de Produção da Secção e o Chefe da secção fazem o registo do cumprimento do programa com comentários sobre as causas do seu sobrecumprimento ou incumprimento.
- h) Nas reuniões com os trabalhadores da empresa os Conselhos de Produção divulgam o estado de cumprimento das metas e exortam para a superação das dificuldades que existam.
- i) Cada empresa deve organizar um local onde faça a exposição e a história da empresa com os principais aspectos do seu crescimento.

O conjunto das tarefas do ponto 5 é organizado pelo CPUP. O Partido orienta o CPUP para esta tarefa e a Direcção apoia. O Secretário do CPUP apresenta o plano para a realização dos diversos pontos na reunião do Conselho de Direcção da empresa em Fevereiro. Isto não implica porém que só em Fevereiro as tarefas se comecem a realizar.

6. As fotografias dos que não cumprem o Plano, dos indisciplinados, negligentes, faltosos e outros maus trabalhadores devem ser afixadas em quadros ou cartazes e divulgadas publicamente.

7. Todos os membros do Partido são obrigatoriamente militantes dos Conselhos de Produção na empresa, no seio dos quais possuem uma tarefa concreta.

8. Sob orientação da Célula do Partido o CPUP apresenta uma proposta ao Conselho de Direcção da empresa sobre quais foram os melhores trabalhadores no cumprimento do PEC/80 (incluindo os estrangeiros), decidindo se sobre os prémios a conceder.

Prazo: Fevereiro de 1981

9. Todas as empresas devem ter um plano de formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores que não só responda às necessidades do trabalho, mas também premeie os melhores trabalhadores (P.E. subsidiando os seus estudos).

— Responsável: Director da empresa.

10. Quando as matérias-primas não cheguem para funcionar todo o ano, as empresas não devem baixar o ritmo do trabalho nem diminuir a produtividade. Nos períodos em que não existem matérias-primas, a empresa deve realizar acções de formação, reciclagem, manutenção, encontrar alternativas de produção e outras acções que assegurem o seu funcionamento rentável.

Por isso, cada empresa deve preparar programas que enfrentem esta situação.

Responsável: Director da empresa.

11. A organização da discussão do projecto do Plano Estatal Central para 1982 deve iniciar-se em Março de 1981.

Responsáveis: O Director e o Secretário do Partido na empresa.

Estas orientações dizem respeito e são de cumprimento obrigatório para todas as empresas na R.P.M. Os Departamentos de Política Económica do Comité Central, dos Comités Provinciais e dos Comités Distritais e de Cidade vão acompanhar, ao seu nível, a implementação do conjunto destas orientações nas empresas, com prioridade para as empresas dos produtos estratégicos para exportação e abastecimento do povo.

VAMOS GANHAR

A

BATALHA

DO PLANO

A 8.ª Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO, reunida em Dezembro de 1980, definiu que a principal tarefa do Partido, e de todo o Povo moçambicano, para 1981, era garantir o cumprimento do Plano Estatal Central para este ano. «As metas do Plano têm de constituir uma referência concreta para o trabalho de cada militante do Partido» — frisou o Camarada Presidente Samora Machel na sessão de encerramento da mesma reunião.

Por que é o Plano tão importante? — Esta é uma questão que já se devem ter colocado muitos membros do nosso Partido. Qual é, em particular, a importância deste Plano Estatal Central para 1981? — Eis outra dúvida que talvez ainda não esteja completamente esclarecida para todos os camaradas.

Responder a estes dois pontos fundamentais é o objectivo central do texto que se segue. Ele visa, por um lado, contribuir para que todos os membros do nosso Partido assumam completamente o significado e a importância do Plano; e, por outro lado, servir de texto de apoio para a divulgação, entre todos os trabalhadores, das grandes linhas do Plano Estatal Central para 1981.

PARA QUE SERVE UM PLANO?

Quando uma dona de casa começa a preparar o almoço para o seu agregado familiar, ela sabe de antemão que precisa de ter, na sua cozinha,

todos os ingredientes necessários: o arroz, o peixe, o sal, o óleo. Também as panelas, o fogão, o combustível (carvão, lenha, gás), os fósforos, a própria água, são indispensáveis para confeccionar uma refeição. Para servir essa mesma refeição são neces-

»

«

sários os pratos, os copos e os talheres.

Todas estas necessidades, aparentemente evidentes, estão na cabeça da dona de casa experiente; quando começa a preparar a refeição familiar, ela sabe que dispõe de todos os ingredientes e utensílios necessários. Já a recém-casada, a quem falta experiência, pode-se esquecer de comprar o sal ou deixar acabar o óleo. Imaginemos agora a sua aflição quando, já com a panela a ferver ao lume, descobre que a lata do sal está vazia...

Este exemplo mostra-nos a necessidade da planificação, mesmo nas coisas mais simples da nossa vida. A dona de casa experiente, a que nos referimos, talvez nunca tenha ouvido falar de planificação; temos quase a certeza de que, se lhe pedissem para elaborar um plano do almoço, ficaria muito atrapalhada — mas, mesmo sem o saber, o que ela fez na realidade foi planificar o almoço da sua família. Por outras palavras, ela traçou um objectivo (digamos: peixe frito com arroz), pensou em todos os meios de que necessitava para alcançar esse objectivo (o peixe, o arroz, o óleo, o sal, etc.), e obteve-os com a antecedência necessária. Chegado o momento, deitou tranquilamente mãos à obra — e o almoço foi um sucesso. Já a outra, a recém-casada, não planificou o almoço. Resultado: no momento próprio faltou-lhe um ingrediente indispensável (o sal); teve de ir a correr pedi-lo a uma vizinha; como, na atrapalhação, talvez se esqueça de apagar o lume, é provável que, no regresso, encontre o arroz queimado — o que lhe valerá uma zanga com o marido, talvez a primeira. Mas não faz mal, porque ganhará experiência e daí para o futuro passará a preparar, com antecedência, as condições para o almoço. Passará, por outras palavras, a planificá-lo.

Claro que o plano para o almoço de uma família é uma coisa muito simples, não precisa sequer de estar escrito: ele cabe na cabeça da dona de casa competente. Mas imaginemos agora que se trata de um grande restaurante, onde comem diariamente dezenas ou mesmo centenas de pessoas. Aí, a preparação do almoço já envolve cálculos mais complicados: quantos quilos disto, quantos litros daquilo, que quantidade de fruta, onde ir encontrar aquele produto, etc. É um trabalho que já exige muita experiência.

E se passarmos do restaurante para a cidade de Maputo, com os seus setecentos e cinquenta mil habitantes que precisam de comer todos os dias? Como assegurar que não vai faltar o arroz, a batata, o peixe, a carne, o óleo? Como garantir que todos os dias, para preparar o almoço da população de Maputo, não falem na cidade os ingredientes necessários? Aqui já vemos a necessidade imperiosa de existir um Plano, com letra grande, um Plano de Abastecimento capaz de garantir que não haverá faltas.

Como ainda não produzimos tudo o que comemos, é preciso calcular, por exemplo, quantos quilos de arroz, da produção nacional, vão estar disponíveis para o consumo de Maputo e quantos vai ser preciso importar, num dado mês; e fazer, com a devida ante



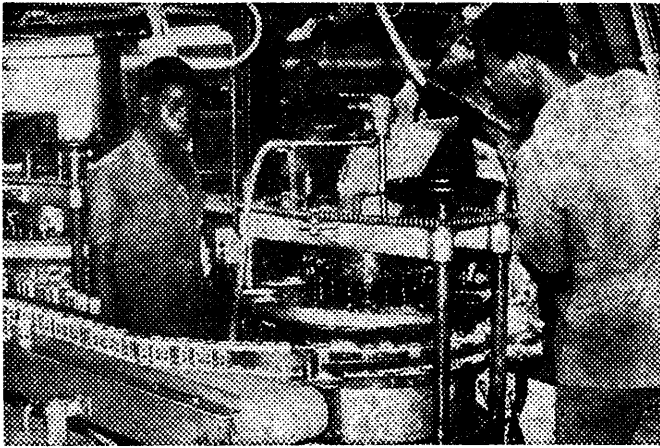
Quando uma dona de casa começa a preparar o almoço para o seu agregado familiar, ela sabe de antemão que precisa de ter, na sua cozinha, todos os ingredientes necessários

cedência, os contactos internacionais necessários. É preciso garantir que as fábricas de óleo não paralisarão por falta de matéria-prima ou de sobressalentes para as máquinas; que haverá transporte para trazer, em devido tempo, para a capital, o milho ou a batata que a Angónia produz; que as sementes e os adubos chegam em devido tempo aos campos; que o gado não vai morrer por falta de cuidados veterinários.

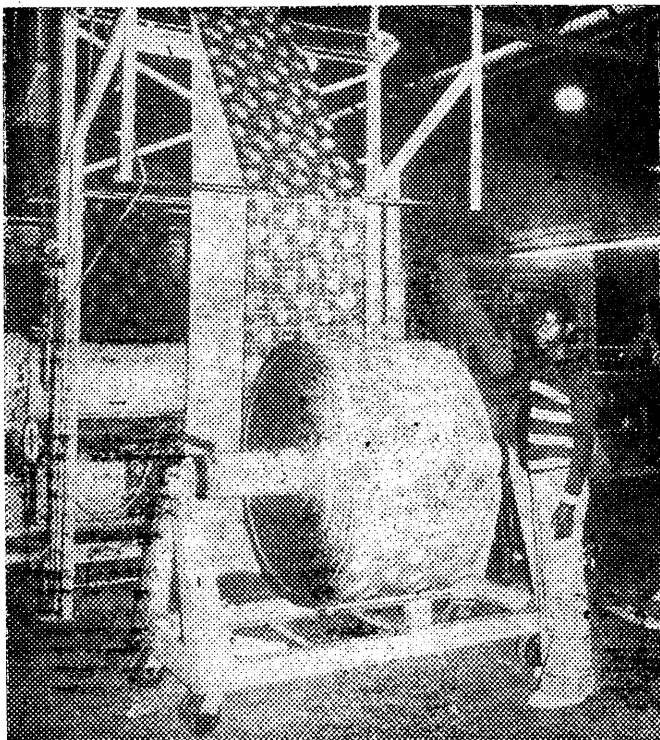
Até aqui, só falámos de Maputo, e só falámos de abastecimento. Mas falemos agora de todo o país, e falemos de todas as fábricas às quais é necessário garantir a matéria-prima; de toda a produção agrícola que é necessário escoar; de todos os comboios, camiões, machimbombos, aviões e que não pode faltar o combustível nem as peças; de todas as escolas que é preciso garantir que tenham professores e material didáctico; de todos os hospitais onde não podem faltar médicos nem medicamentos. Falemos agora, em resumo, de tudo aquilo que é a nossa vida, a vida do nosso Povo, do nosso País: a indústria, a agricultura, o transporte, a educação, a saúde e todos os outros sectores. Este mesmo boletim, que os camaradas estão a ler, não se poderia fazer se não tivesse sido garantido, com antecedência, o papel, a tinta de impressão, se os artigos não tivessem sido preparados nos prazos previstos; se, numa palavra, não tivesse sido planificado.

Parece que agora já todos compreendemos a importância do Plano. O Plano é a forma de organizarmos a nossa vida, de garantirmos o sucesso dos nossos objectivos. Plano Estatal Central é o

»



Pilhas e Têxteis, dois produtos de entre os prioritários para o abastecimento do Povo



« plano que é feito para todo o país. Depois de aprovado pelos órgãos dirigentes do Partido e do Estado, ele é o documento fundamental que orienta toda a actividade do nosso País num determinado período.

PEC/81: O PRIMEIRO PLANO DA DÉCADA DA VITÓRIA

O Plano Estatal Central para 1981 é, pois, o Plano que vai orientar a vida do nosso País no presente ano. A sua importância é particularmente grande porque 1981 é o primeiro ano da Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento. Por isso a Direcção do nosso Partido definiu que temos de fazer do PEC/81 o primeiro passo seguro, a primeira batalha decisiva na guerra prolongada que declará-

mos ao subdesenvolvimento. Neste ano, vamos medir as nossas forças, a nossa capacidade de alcançarmos as metas que traçamos.

Porque — e este é um aspecto muito importante — o Plano não se limita a organizar aquilo que já existe; ele define a criação de novas coisas — novas fábricas, novas machambas, mais transportes, mais escolas, mais hospitais. Por outras palavras, ele estabelece metas para o nosso crescimento. Ao planificarmos, por exemplo, a produção de arroz, temos de levar em conta que o número de habitantes do nosso País aumenta todos os anos — e aumenta, portanto, o número de bocas a alimentar.

Quando pensamos na produção de roupa, a nossa perspectiva é a de garantir, em primeiro lugar, roupa para todos os moçambicanos que ainda sofrem com a nudez. E, depois, que é preciso aumentar a variedade e elevar a qualidade das roupas que produzimos, para que possamos vestir cada vez melhor.

Quando estabelecemos uma meta para a exportação de caju, estamos a pensar, em tudo aquilo que precisamos de comprar, cada vez em maior quantidade, com as divisas que assim obtemos: cada vez mais máquinas para a nossa agricultura, cada vez mais equipamentos para as nossas fábricas, cada vez mais comboios, camiões, machimbombos — tudo aquilo que ainda não produzimos e de que depende o crescimento da nossa economia, a elevação do nível de vida do nosso Povo.

É esta a perspectiva do Plano Estatal Central para 1981: assegurar que, neste ano, demos um passo significativo no nosso crescimento, em especial no nosso crescimento económico. O sucesso da Década — a vitória sobre o subdesenvolvimento — será o salto grande, enorme, que resultará da soma de todos os passos que vamos dar ao longo destes dez anos.

A Ofensiva Política e Organizacional, desencadeada há cerca de um ano pelo Camarada Presidente, criou condições para que entrássemos com mais segurança na Década da Vitória. Na execução do PEC/81, deverá ser constantemente aplicado e aprofundado o espírito da Ofensiva, o método da Ofensiva. Devemos fazer do seu cumprimento uma nova etapa, superior, da Ofensiva: em que seremos mais exigentes no nosso trabalho, mais disciplinados, mais organizados; em que combateremos mais energeticamente o inimigo infiltrado no nosso seio.

DOIS CAMPOS DE BATALHA DECISIVOS

O Plano Estatal Central para 1981 concentra a sua atenção em duas áreas fundamentais:

- A dos produtos estratégicos para exportação;
- A dos produtos estratégicos para o abastecimento do Povo.

Porquê estas duas prioridades? Todos sabemos que, nesta fase, os meios de que dispomos são limitados. Por nossa vontade, fariamos já, neste ano, tudo aquilo que são os objectivos da Década — mas sabemos que isso não é possível. Por isso, foi preciso determinar quais as tarefas prioritárias e

»



O que estes trabalhadores estão a manusear é carvão. Amanhã será divisa, será máquina de debulha na machamba, livro na escola, medicamento no hospital ...

«
que estão ao nosso alcance em 1981; e, de entre essas, as mais prioritárias de todas, aquelas em que de forma alguma podemos falhar.

A Direcção do nosso Partido definiu como mais prioritárias as duas áreas acima referidas. Porquê? No que se refere aos produtos estratégicos para exportação, sabemos que são as divisas obtidas através deles que nos permitirão comprar no estrangeiro tractores, equipamentos, comida para o Povo, etc.; são também essas divisas que nos permitirão financiar os grandes projectos de desenvolvimento da Década. Assim, foram definidos dezoito produtos prioritários, que são considerados os produtos estratégicos de exportação. São eles:

- Amêndoa e óleo de caju
- Açúcar e melação
- Camarão
- Algodão
- Madeiras
- Chá
- Cimento e clínker
- Carvão de coque
- Carvão de queima
- Minérios de tântalo
- Bagaço
- Citrinos
- Sisal
- Pneus
- Têxteis

Quando dizemos que estes dezoito produtos são considerados estratégicos, isso quer dizer que é neles que vamos concentrar o essencial dos nossos

esforços. Quer dizer: se não conseguirmos cumprir as metas em todos os nossos produtos de exportação, pelo menos nestes dezoito não podemos falhar. Ainda dentro dos dezoito foram definidos seis que são os mais prioritários de todos e que são:

- Amêndoa de caju
- Açúcar
- Camarão
- Algodão
- Madeiras
- Chá

Qual a razão da importância dada a estes seis produtos? É que eles, no seu conjunto, representam 60 por cento (ou seja, mais de metade) do valor das nossas exportações. Por isso eles representam a primeira prioridade. Especialmente nestes seis produtos, não podemos falhar: as metas, custe o que custar, têm que ser cumpridas.

A prioridade atribuída a estes produtos traz uma responsabilidade muito maior para os trabalhadores ligados aos respectivos sectores, e em particular para os membros do Partido. O trabalhador do caju, do açúcar, do camarão, do algodão, das madeiras, do chá, sabe agora que sobre os seus ombros recai a pesada responsabilidade de uma

»



Amêndoa de caju, uma das principais fontes de captação de divisas. Sobre os trabalhadores deste e doutros sectores estratégicos repousa a tarefa de fazer triunfar as metas traçadas pelo PEC/81

«

grande parte das nossas exportações. Esse trabalhador sabe que a sua negligência, a sua indisciplina, a sua falta ao trabalho, vão inevitavelmente representar menos tractores que poderemos comprar no próximo ano, menos milho, menos carne, menos comida para o nosso Povo.

O operário que trabalha com o moinho de açúcar, por exemplo, sabe que se, por desleixo seu, a caldeira aquecer demasiado e se queimar, paralisando a produção e comprometendo as metas, isso será um verdadeiro crime — crime que o Povo julgará com a severidade que merece. Com mais razão, o responsável da fábrica que, por negligência, deixa o algodão a apodrecer à chuva ou se esquece de planificar o transporte, em tempo, da produção — só pode ser considerado um sabotador da nossa economia, sabotador do bem-estar do nosso Povo, e como tal será julgado. Quando se trata do cumprimento do Plano, a negligência e o desleixo são crimes graves, porque não cumprir o Plano significa recuo para a nossa economia, atraso para o nosso Povo.

QUEM ESTA FORA DO PLANO?

Esta responsabilidade, entretanto, não abrange apenas os trabalhadores ligados directamente aos produtos estratégicos. Por exemplo: os trabalhadores do chá podem produzir muito bem, a colheita ser excelente — e todo esse esforço ser destruído pelo facto de as caixas para meter o chá não terem chegado a tempo. O chá é exportado em caixas especiais, próprias; sem essas caixas o que vai acontecer? O chá, certamente, vai-se estragar, à espera que as caixas cheguem. Outro exemplo: se o sector de transportes não assegurar o escoamento do caju ou do algodão, ou das madeiras, ou do próprio chá, em devido tempo, aí teremos outra situação em que as metas do Plano não serão cumpridas, apesar do esforço feito pelos trabalhadores dos sectores onde se produzem esses produtos estratégicos.

Por isso dizemos que a responsabilidade que recai sobre os trabalhadores desses sectores estende-se também a todos os sectores de que eles dependem directa ou indirectamente. Isto serve para pôr em destaque uma característica fundamental do Plano: ele estabelece uma relação muito estreita entre todos os sectores envolvidos de perto ou de longe; uma pequena falha num único desses sectores pode representar o fracasso de uma meta extremamente importante para a nossa economia.

E qual o sector que pode dizer que não está, de uma forma ou de outra, ligado às metas do Plano? Nenhum. Tomemos como exemplo a repartição que passa os bilhetes de identidade; ela não é expressamente citada no Plano; mas é um facto que, se os trabalhadores do caju ou os pescadores do camarão tiverem que passar dias inteiros na bicha, para receberem o seu bilhete de identidade, então esses trabalhadores faltarão na produção e porão



A madeira é riqueza, é divisa, é machimbombo, tractor, é o bem-estar do Povo

em perigo as metas.

Outro exemplo: se os Ministérios respectivos não analisarem e despacharem rapidamente os pedidos de contratação de certos técnicos cooperantes para os sectores estratégicos — aí está outro local onde pode surgir um estrangulamento que vá comprometer a realização das metas.

Outro exemplo ainda: se a Informação não for capaz de, a nível nacional, fazer a divulgação do Plano, a mobilização dos trabalhadores para o seu cumprimento, se, numa palavra, não cumprir eficazmente o papel que lhe compete — a ela caberá também, então, uma parte não pequena da responsabilidade pelos fracassos que houver.

Esta pequena lista de exemplos — que poderíamos prosseguir indefinidamente — serve para mostrar até que ponto todos os sectores (e queremos frisar: todos) têm uma parte de responsabilidade no cumprimento das metas do Plano Estatal Central. Nem um único pode dizer que está fora do Plano, que o Plano não é com ele. A realização do PEC/81 só poderá resultar de um grande esforço que engaje todos os sectores de actividade do nosso País, todos os trabalhadores, todas as estruturas, todos os meios disponíveis. Esse esforço terá, como é evidente, de

»

«

ser dirigido e orientado pelo nosso Partido, tanto ao nível central como ao nível de cada unidade de produção, de cada célula. Daqui ressalta o papel extremamente importante que cabe aos membros do Partido neste processo.

GARANTIR O ABASTECIMENTO DO POVO

A outra área definida como estratégica no Plano é a dos produtos prioritários para o abastecimento do Povo. Aí, foram apontados dezasseis produtos principais:

- Milho
- Farinha de milho
- Farinha de trigo
- Arroz
- Batata
- Peixe
- Carne
- Óleo alimentar
- Sal
- Açúcar
- Leite condensado
- Popeline
- Capulana
- Sabão
- Fósforos
- Pilhas

Também, neste caso, a definição destas prioridades significa que devemos concentrar o essencial



Ao planificarmos a produção de arroz, temos de levar em conta que o número de habitantes do nosso País aumenta todos os anos, e aumenta portanto o número de bocas a alimentar

dos nossos esforços no abastecimento destes produtos. Quer dizer: se não temos ainda meios para garantir o abastecimento de todos os produtos de que o Povo necessita, então vamos pelo menos garantir o abastecimento destes dezasseis definidos como prioritários.

E a quem cabe desenvolver, o esforço para alcan-

çar este objectivo? Alguns responderão: ao Comércio Interno. É certo que ao Comércio Interno cabe a maior responsabilidade pelo abastecimento. Mas também é certo que, se outros sectores falharem, ele pouco poderá fazer. Por exemplo: sabemos que uma parte do milho que consumimos é importado do estrangeiro. Então, se não for, cumprido o plano de exportações, poderemos não ter divisas suficientes para comprar o milho de que necessitamos para o Povo. Por outro lado, se o sector produtivo interno — os camponeses, as machambas estatais — não produzir a quantidade de milho prevista no Plano, isso também vai, inevitavelmente, comprometer a meta de abastecimento do Povo em milho. Também aqui ressalta a estreita interligação entre todos os sectores; também aqui, basta falhar o transporte, ou as sementes, ou o adubo, para toda uma área do Plano ficar comprometida.

No que respeita ao abastecimento do Povo, há ainda um factor extremamente importante que tem de ser aqui referido: a organização das populações. Está neste momento em fase avançada, em Maputo, a preparação de um Novo Sistema de Abastecimento que depois irá estender-se a outras cidades. É esse Novo Sistema de Abastecimento que vai garantir uma distribuição justa e equitativa dos produtos previstos no Plano. Ora, se falhar a organização de base, se os Grupos Dinamizadores não forem capazes de organizar devidamente as populações, de orientar as cooperativas, de controlar os comerciantes, é fácil de ver que o Novo Sistema de Abastecimento vai fracassar, ainda que consigamos cumprir as metas de abastecimento previstas no Plano. Também aqui, portanto, tem uma importância decisiva a acção das estruturas do Partido e, individualmente, dos seus membros, onde quer que se encontrem.

IMPORTANCIA DO CONTRÔLE

Dissemos atrás que todos os sectores, de uma forma ou de outra, têm responsabilidades no cumprimento das metas do Plano. Isto não significa, porém, que toda a nossa economia esteja já planificada. Nesta fase, não temos ainda capacidade para planificar uma área muito grande da nossa actividade económica, que inclui nomeadamente o sector familiar, onde se encontra ainda a maioria da nossa população.

O facto de este sector, como outros, não estar ainda abrangido pelo Plano, não significa que ele não tem importância, ou que não merece atenção. Pelo contrário, sabemos que uma percentagem elevada dos produtos destinados quer ao abastecimento interno, quer à exportação, vêm do sector familiar. O facto de ele não estar no Plano deve-se apenas, como foi dito atrás, à fraca capacidade de planificação de que dispõem nesta fase as nossas estruturas. Portanto, não estarem abrangidos no Plano não deve significar que esses sectores ficam esquecidos, sem apoio. O sector familiar precisa de sementes, precisa de adubos, precisa de transportes, precisa de uma

»

« política correcta de comercialização agrária que o estimule a aumentar a produção de excedentes para o mercado. Como já vimos, uma baixa de produção no sector familiar reflecte-se inevitavelmente em várias áreas do Plano, põe em risco o cumprimento das metas do Plano.

Por outro lado, o Plano Estatal Central não desce a certos pormenores: ele traça as grandes linhas, as grandes orientações, as metas principais. É necessário que, ao nível de cada Ministério, de cada Governo Provincial, sejam elaborados Planos e Programas detalhados para os respectivos sectores ou províncias. Além de detalharem a execução dos grandes objectivos apontados no PEC (e cujo cumprimento é obrigatório), os Planos e Programas provinciais traçam objectivos e metas específicos de cada província.

O Plano não termina com a sua elaboração e aprovação, embora essa seja uma fase muito importante. Mais importante ainda é a execução do Plano, a sua materialização na prática. Um aspecto funda-



A materialização dos grandes projectos de construção depende essencialmente da capacidade de resposta dos trabalhadores do sector de cimento no cumprimento das metas traçadas pelo PEC/81

mental, para assegurar a execução do Plano, é o contrôle. Está previsto que, tanto a nível central como provincial, existam mecanismos de contrôle periódico do cumprimento do Plano. O contrôle faz-se não apenas para ver se o Plano está a ser realizado; mas também para corrigir a tempo, sempre que possível, os desvios que forem detectados. Por exemplo, no caso das caixas para o chá, atrás referido, a estrutura central, alertada a tempo, poderá remover os impedimentos existentes, ou mesmo providenciar a obtenção de outro tipo de caixas como alternativa.

GRANDES OBJECTIVOS

O Plano Estatal Central traça, para 1981, objectivos grandiosos para o desenvolvimento da economia nacional. As metas traçadas no PEC/81 apontam, por exemplo, para um crescimento de 32 por cento da produção agrária (agrícola, pecuária e florestal).

neste ano; de 36 por cento na produção industrial; e de 42 por cento nos transportes, considerando a tonelagem transportada, tanto interna como internacionalmente.

Estes ritmos de crescimento elevados só poderão ser alcançados se:

- afectarmos os recursos necessários às áreas prioritárias;
- aumentarmos a disciplina na produção;
- elevarmos o nível de organização das áreas relacionadas com o cumprimento das metas.

Por outras palavras, trata-se de, definidas com rigor as prioridades, sabermos assumi-las totalmente, sem dispersar os nossos esforços. Temos meios limitados; devemos saber afectá-los aos sectores prioritários, sacrificando, se necessário, outros sectores. Este, um aspecto. Outro, é a elevação da produção e da produtividade, através de uma maior disciplina no trabalho. Aqui, é decisiva a acção das estruturas do Partido e das Organizações Democráticas de Massas, em especial dos Conselhos de Produção. Disciplina na produção não significa apenas a disciplina pessoal dos trabalhadores, significa também por exemplo, a austeridade no gasto de matéria-prima. O último aspecto refere-se à melhor organização dos sectores prioritários, onde é preciso garantir um máximo de eficiência em todos os serviços com eles relacionados.

Nas tentativas anteriores de planificação que levámos a efeito no nosso País, têm-se verificado alguns fracassos no cumprimento das metas estabelecidas. A análise desses fracassos mostra-nos que eles se deveram em parte a calamidades naturais (seca); ao esforço de guerra no apoio à libertação do Zimbabwe; à estrutura económica deformada que herdámos do colonialismo e que ainda não conseguimos transformar totalmente. Mas outra parte, importante, das causas dos fracassos, reside na nossa própria desorganização, nos métodos incorrectos de trabalho, no desleixo, no burocratismo que ainda afectam muitas estruturas do Aparelho de Estado e unidades de produção.

Este Plano de 81 é para ser cumprido. Cumprilo significa, à partida, eliminar todos esses males — pelo menos, aqueles que estão na nossa mão fazê-lo. Significa, portanto, aprofundar o combate contra todas as manifestações da ideologia e do comportamento do inimigo no nosso seio; significa organizar-nos melhor, sermos mais exigentes, mais rigorosos na disciplina, na pontualidade; significa premiar-mos o bom trabalho e penalizarmos o mau trabalho; significa, numa palavra, prosseguirmos e aprofundarmos a Ofensiva.

Assim, guiados pelo Partido FRELIMO, seremos capazes de atingir os grandes objectivos traçados; seremos capazes de ganhar mais esta batalha decisiva. Assim faremos, de facto, deste Plano Estatal Central para 1981, o primeiro passo seguro na Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento.



O Nosso Povo está Engajado na Batalha pela Construção do Socialismo

Nos dias 26 e 27 do passado mês de Novembro, realizou-se no Guruè, Província da Zambézia, uma Reunião Nacional do Departamento de Organização do Partido FRELIMO. O objectivo da reunião foi o de proceder ao balanço das tarefas já realizadas na actual fase da estruturação do Partido. A Reunião foi orientada pelo Secretário do Comité Central para a Organização do Partido, Camarada José Óscar Monteiro, e nela participaram responsáveis de sector dos Departamentos do Comité Central e Secretários dos Comités Provinciais para a Organização do Partido.

A Reunião constatou que as acções realizadas no âmbito da estruturação do Partido têm resultado na apresentação de grande número de candidaturas para as novas Células, o que prova uma vez mais a justeza da linha político-ideológica do nosso Partido e o seu forte enraizamento nas massas populares.

A partir da análise e discussão dos problemas apresentados nos relatórios de cada Província, foram traçadas orientações concretas. Apresentamos em seguida uma síntese das principais

orientações que permanecem actuais, após a realização das Conferências Provinciais.

1. Sobre o funcionamento dos Comités de Localidade

Tendo-se constatado que não havia orientações concretas quanto ao modo de funcionamento destes órgãos, eles deviam ser apoiados, por algum tempo, pelas Brigadas Provinciais de Estruturação do Partido. Estas Brigadas devem ainda definir as tarefas a ser realizadas pelos Co-

mités de Localidade.

Aos Comités de Localidade foi dada a tarefa imediata de acompanhar de perto o processo de criação das Células do Partido no território respectivo.

Entretanto, foi decidido que o Departamento do Comité Central para a Organização do Partido elabore uma Directiva sobre o funcionamento dos Comités de Localidade.

A Reunião concluiu que era necessário proceder-se à demarcação física das Localidades, tendo definido neste âmbito que as estruturas provinciais realizem este trabalho em estreita coordenação com as Direcções Provinciais de Geografia e Cadastro.

2. Sobre a estruturação do Partido ao nível das Cidades

A Reunião Nacional do Departamento de Organização do Partido constatou que os trabalhadores, cujos locais de produ-

»

«

ção ainda não foram abrangidos pelo processo de estruturação do Partido, se candidatam nos seus locais de residência. Assim, a Reunião recomendou que:

- * nestes casos, se admitam, provisoriamente, as suas candidaturas nos locais de residência, desde que
- a) não se preveja a estruturação do Partido no seu local de trabalho nos próximos seis meses;
- b) se obtenham boas informações do seu local de trabalho.

Quanto à estruturação do Partido ao nível dos bairros, a Reunião decidiu que a Célula do Partido seja criada ao nível do bairro e que, nos bairros de maior densidade populacional e onde se preveja uma maior adesão de cidadãos ao Partido, sejam criadas Células ao nível das Unidades Comunitárias.

Em relação à divisão administrativa da cidade, base do trabalho de criação das células nos bairros, a Reunião salientou que esta tarefa não é da competência dos órgãos do Partido. Quando se verificar a necessidade desta divisão, o Partido deverá dinamizar a Assembleia da Cidade neste sentido.

A divisão administrativa da Cidade de Maputo deverá ser objecto de uma acção especial.

3. Sobre o trabalho das Células do Partido

Em relação às candidaturas de novos membros nas Células do Partido já constituídas, a Reunião decidiu que se devia adoptar, à semelhança do seguido para a criação de novas Células, o método de consulta popular. Assim, no final do período de candidatura de um ano, e antes de a Célula se reunir para tomar a decisão final sobre a admissão do candidato, deve realizar-se uma reunião com todos os trabalhadores do local onde se encontra a Célula. Nesta reunião será apresentada a candidatura e os trabalhadores devem ser convidados a exprimir a

sua opinião sobre a candidatura daquele elemento. As opiniões recolhidas devem ser tomadas em conta na decisão final sobre a admissão do candidato. O objectivo deste método é o de assegurar que o Povo seja sempre o garante da pureza do Partido.

4. Sobre as dificuldades de Quadros

- * A Reunião salientou que o Partido deve criar condições para formar e forjar os Quadros de que necessita para realizar as suas tarefas e sair da situação de dependência exclusivamente dos Quadros formados pelo Aparelho de Estado ou outras estruturas.

- * A Reunião salientou ainda que o Partido deve ser uma fonte de Quadros, de modo a assegurar-se o crescimento do próprio Partido, e que é necessário capacitar os membros dos Comitês Provinciais, para que de entre eles saiam Quadros capazes de dirigir os distritos.

- * Para que se garanta a assistência constante ao trabalho das Células, a Reunião definiu que os trabalhadores do Departamento de Organização do Partido, a todos os níveis, visitem um certo número de Células, segundo um programa de trabalho a estabelecer anualmente.

O objectivo de todas estas acções é o de conhecer correctamente os problemas das Células, formar e identificar quadros potenciais no seio dos militantes das organizações de base.

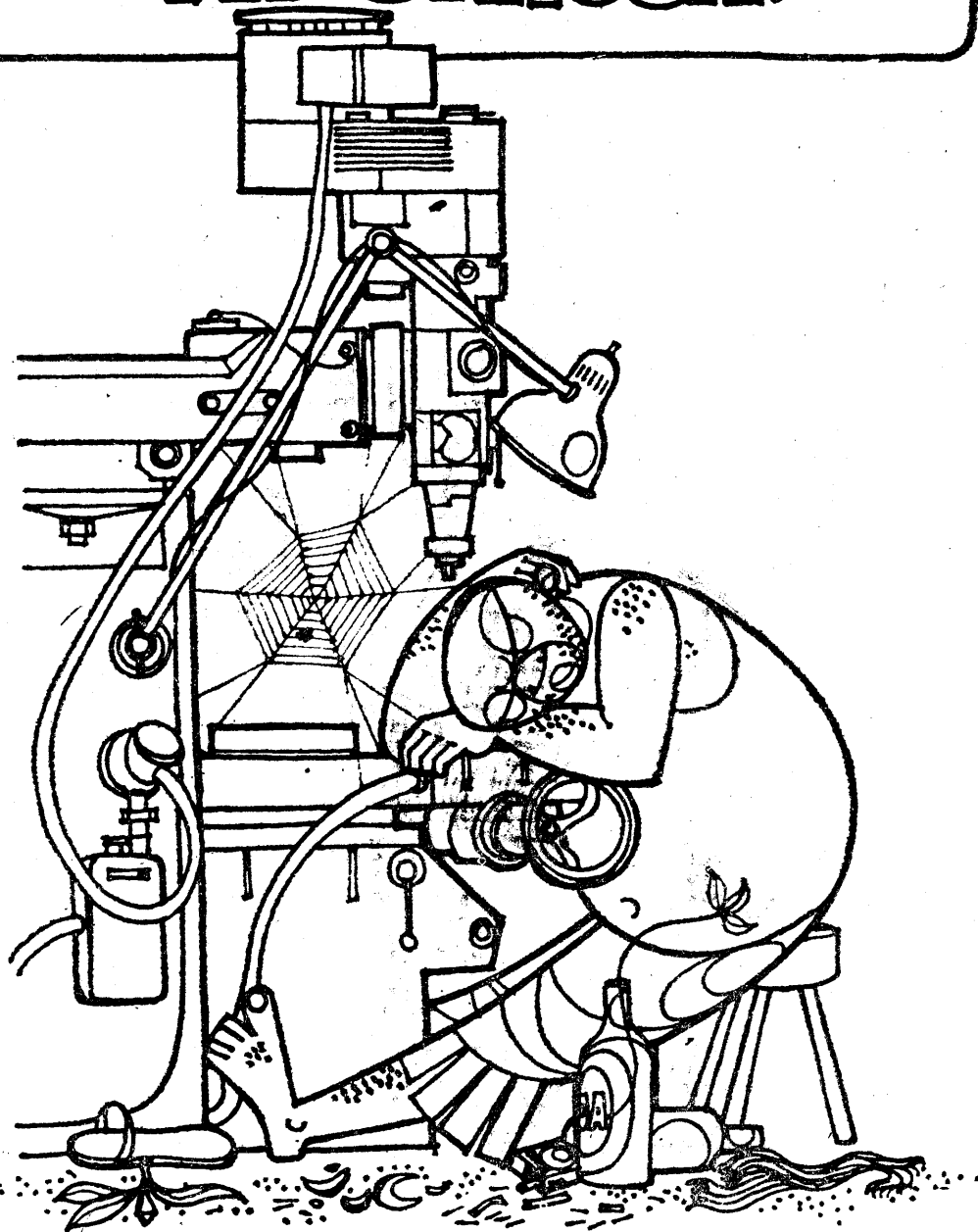
Sintetizando as discussões havidas e as contribuições dadas pelos participantes à Reunião, o Secretário do CC para a Organização do Partido, Camarada José Oscar Monteiro, salientou que a realização periódica daquele tipo de reuniões permite uma rica troca de experiências e a aprendizagem mútua, através das experiências concretas, contribuindo ao mesmo tempo para o trabalho uni-

tário. A este respeito, o Camarada Secretário afirmou que os métodos de trabalho utilizados na reunião procuravam «evitar que a 'Organização' se transforme em burocracia, mas que esteja essencialmente ao serviço do trabalho ideológico e do trabalho económico, aspectos essenciais do trabalho do Partido». No futuro, em cada reunião, além de trabalhar concretamente com algumas células da Província visitada, será analisada a situação do Partido nessa Província.

O Camarada Secretário do CC para a Organização do Partido referiu depois que a Reunião havia clarificado as tarefas a realizar pelas Células do Partido e salientou que «quando as Células do Partido realizam correctamente a sua tarefa, os Comitês superiores tornam-se órgãos vivos, recebem o alimento indispensável para o seu bom funcionamento, recolhem ideias novas, revolucionárias». Analisando a importância de os trabalhadores do Partido estarem em ligação íntima e permanente com as Células do Partido, o Camarada Secretário salientou que «contactando com as Células nós conheceremos as capacidades para as desenvolver, conheceremos as insuficiências para as superar», e que este método de trabalho permitia, ao mesmo tempo, formar e qualificar os quadros do Partido. Ainda a este respeito, aquele dirigente do nosso Partido e Estado salientou a importância de cada quadro e membro do Partido estudar, por si próprio ou em cursos nocturnos, e de mobilizar os seus companheiros para o estudo.

«Os sucessos alcançados que se traduzem no grande número de candidaturas apresentadas para o Partido, provam a justeza da linha política do nosso Partido, dirigido pelo Camarada Presidente Samora Machel. Provam que o nosso Partido vive no coração de todo o Povo, provam que cada uma das decisões que o nosso Partido tem tomado corresponde à vontade e às aspirações do nosso Povo, prova que o nosso Povo está engajado na batalha pela construção do Socialismo», afirmou ao terminar.

...É UM SABOTADOR DA ECONOMIA NACIONAL,
NÃO TEM CONSCIÊNCIA DE CLASSE, É UM
PESO MORTO NA OFICINA, EM RESUMO
É UM **XICONHOCA!**



A Vitória na Batalha do Cumprimento do Plano exige a denúncia e neutralização de todos os Xiconhocas, cuja característica é o desprezo pelo Povo, ambição, preguiça, burocratismo e corrupção